

# **Desafios e conquistas do território e do desenvolvimento local: a comunidade Santa Luzia, do Distrito de Anhanduí, no município de Campo Grande, MS<sup>1</sup>**

Challenges and achievements of the territory and local development: the community Santa Luzia, District of Anhanduí, in the municipality of Campo Grande, MS

Kleide Ferreira de Jesus<sup>2</sup>

Pedro Pereira Borges<sup>3</sup>

Suely Cristina Soares da Gama<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido nos Seminários Integradores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidade – Universidade Católica Dom Bosco.

<sup>2</sup> Pedagoga pela UFMS, Especialista em Gestão Escolar pela UNB e Mestranda do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: kleideferreira@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: pobojari@ucdb.br

<sup>4</sup> Pedagoga pela IESF e Especialista em Gestão Escolar, Curso de Gestores UFMS. E-mail: Suely.gama@hotmail.com

## **RESUMO      *ABSTRACT***

O presente artigo apresenta discussões sobre o impacto da implantação da Capela Santa Luzia na área rural do Distrito de Anhanduí, no município de Campo Grande, MS, e o seu papel enquanto agente de transformação do território, proporcionando o Desenvolvimento Local Endógeno e promovendo a Educação no Campo.

Este trabalho está organizado em duas partes, sendo que a primeira apresenta o referencial teórico dos autores Santos (2002) e Ávila (2003), em que se ressalta a compreensão de desenvolvimento local e a educação no campo pelos sujeitos envolvidos na constituição da comunidade. Na segunda parte, apresentamos a experiência no contexto sócio-histórico, dos agentes da comunidade Santa Luzia. Nas considerações finais, destacam-se os benefícios tanto da comunidade religiosa, quanto da escola, sobre a vida da comunidade.

*This paper presents discussions on the impact of the construction of the Chapel Santa Luzia in the rural district Anhanduí in Campo Grande, MS, and its role as an agent of transformation of the territory, providing the Local Endogenous Development and promoting Education in the rural area. This paper is organized in two parts. The first one presents the theoretical background of the authors Santos (2002) and Avila (2003), which emphasizes the understanding of the local development and education in the rural area by the subjects involved in the formation of community. In the second part is presented the experience in socio-historical context of the agents of the community of Santa Luzia. In closing remarks, we highlight the benefits of both religious community and the school, about the life of the community.*

## **PALAVRAS-CHAVE      *KEY WORDS***

Desenvolvimento Local  
Comunidade  
Escola do Campo

*Local Development  
Community  
Rural School*

## INTRODUÇÃO

O ser humano mantém relações não somente econômicas, sociais e políticas, mas também afetivas e efetivas com o ambiente no qual vive. Desse modo, é possível captar movimentos de diversas origens que dão vazão a soluções de problemas que, se não fossem assumidos pelo grupo, teriam impacto significativo que poderiam levar até à própria dissolução da comunidade. A partir dessa perspectiva, a pesquisa em tela tem como foco as discussões iniciais que levaram ao surgimento de uma comunidade católica em ambiente rural e o seu papel de agente de transformação do território. Os impactos da construção da comunidade abriram caminho para um desenvolvimento local, de tipo endógeno, que possibilitaram, ao mesmo tempo, a promoção religiosa e a educação no campo.

A construção da comunidade<sup>1</sup> teve início na década de 1980, quando os católicos de uma comunidade rural tiveram que encontrar um espaço para as celebrações dominicais. Essa comunidade está localizada na região leste de Anhanduí, distrito situado na região sul do município de Campo Grande, MS. O processo de construção veio a se tornar como que o embrião de um modelo a partir do qual as lideranças locais passaram a discutir outras questões relevantes para a comunidade, em especial a educação, que tinha como finalidade evitar a dissolução da própria comunidade com um possível êxodo rural. O epicentro desse processo, que nasceu espontâneo, foi a comunidade católica que, posteriormente, se territorializou em um espaço cedido pelos proprietários da Fazenda Girassol à Arquidiocese de Campo Grande para a construção de uma igreja, atualmente dedicada a Santa Luzia.

Por território entende-se a partir de agora o espaço humano habitado que transcende o seu raio de ações num espaço expandido para além do seu propósito inicial. A transcendência do raio de ação dos agentes locais, no caso da comunidade católica, pôde levar a uma reconfiguração humana, social e política de todo um território, fazendo emergir uma série de ações, que diferenciam os papéis dos diversos atores de um processo de desenvolvimento desse território quer pela sua horizontalidade, quer pela verticalidade.

---

<sup>1</sup> Por construção aqui se entende a própria formação da comunidade e não a construção da capela propriamente dita.

Assim entendido, o desenvolvimento local ocorre quando uma comunidade tem um interesse em comum, em vista do qual investe suas paixões e descobre que tem poder, fazendo emergir suas forças para enfrentar suas fraquezas. Essa comunidade torna-se, então, protagonista das suas produções em vista da solução dos problemas internos diante das necessidades que lhe são mais urgentes. É dentro desse contexto que se pode entender como a comunidade católica que, uma vez territorializada, abriu caminho para a solução de outros problemas que diziam respeito aos fazendeiros, aos trabalhadores assalariados das fazendas e, posteriormente, aos assentados que se instalaram na região.

O primeiro grande problema que se apresentou à comunidade, após resolver o problema relativo à situação religiosa, foi o da educação. Embora esteja situada a poucos quilômetros da BR-163, a comunidade, tanto no seu início, quanto atualmente, ainda enfrenta dificuldades de acesso aos centros urbanos e aos serviços básicos por eles oferecidos. Os centros urbanos mais próximos são o próprio Distrito de Anhanduí, que pertence ao município de Campo Grande, MS, e o Município de Nova Alvorada do Sul, MS. A ligação entre a comunidade e esses centros urbanos é toda feita por estradas de terra sem a necessária manutenção.

Os moradores dos arredores da Comunidade Santa Luzia tinham diante de si o possível êxodo rural, ou a implantação de uma escola para atender às suas necessidades. Em pouco tempo, assumiram as implicações políticas da relação com as autoridades ligadas à educação e estancaram a evasão de moradores e trabalhadores do seu território. Para atender à demanda educacional, atualmente existe a Escola Municipal Oito de Dezembro, que mantém duas extensões, uma localizada a 198 km da sede, a Escola Professora Onira Santos Rosa, e outra, distante 260 km da sede, a Extensão Fazenda Carnaúba. Além dos moradores do entorno, a escola atende também aos moradores do Assentamento Três Corações, localizado a 12 km da escola-sede, oferecendo o ensino fundamental. O ensino médio, recentemente implantado, funciona como extensão da Escola Estadual Polo Francisco Cândido de Rezende, com sede no Distrito de Anhanduí.

Assim como aconteceu com a construção da capela, a escola está localizada no mesmo território da comunidade católica, em terreno doado pelos mesmos proprietários da Fazenda Girassol para a Arquidiocese

e que ulteriormente foi sendo apropriado pela Secretaria Municipal de Educação e, ultimamente, pela Secretaria Estadual de Educação.

É no processo histórico dessas conquistas que se pode perceber a horizontalidade dos encaminhamentos da comunidade em relação à solução dos seus problemas.

O artigo em tela está organizado em cinco tópicos, sendo que o primeiro apresentará a compreensão de desenvolvimento local e o papel transformador da educação no seio da comunidade. No segundo tópico, o tema abordado será a dimensão religiosa no contexto do desenvolvimento local. O terceiro tópico terá como tema o desenvolvimento da comunidade religiosa e os desdobramentos políticos que levaram à construção da escola. O quarto tópico versará sobre as motivações e o *know how* gerado no seio da própria comunidade, as ações e o capital social que levou ao desenvolvimento local. Por fim, o quinto tópico abordará os desdobramentos recentes que estão colaborando para novas ações dentro da própria comunidade.

Torna-se importante ressaltar já aqui a experiência da comunidade, que criou um *know how* cooperativo e democrático, que se foi desenvolvendo a partir de e mediante as conquistas políticas do próprio local. Dentro do dinamismo desse processo é que também serão trabalhados os aspectos históricos locais, que darão suporte à ideia de desenvolvimento local endógeno. Nas considerações finais, serão apresentados os impactos da construção tanto da comunidade religiosa, quanto da escola, sobre a vida da comunidade.

## **1 ESCOLA E COMUNIDADE: TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DA EDUCAÇÃO NO CAMPO**

A legislação educacional brasileira oferece ampla base legal para a implementação de políticas públicas que visem atender às peculiaridades da vida rural. A base de tudo é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96. Quanto à educação no campo, no seu Art. 28, a Lei determina que, “Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de Ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região”. Em seguida, o Inciso I trata dos conteúdos curriculares e das metodologias, que devem ser “apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos

na zona rural”. Sobre a organização escolar, o Inciso II determina que o calendário escolar deve ser adequado “às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas”. Por fim, o Inciso III estabelece que a educação no campo deve se adequar “à natureza do trabalho na zona rural”.

A Lei n. 9.394/1996 trata dos diferentes espaços da formação humana e das adaptações que devem ser feitas quanto à educação ofertada nas escolas localizadas na zona rural. Em relação aos espaços de formação humana, o Art. 1º normatiza que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvam na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Tendo isso por base, a LDBEN determina que os sistemas de ensino devem promover as adaptações necessárias para que a educação básica seja ofertada adequadamente, considerando as necessidades e as especificidades dos estudantes. No que diz respeito às “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”, estas devem possibilitar a elaboração de políticas públicas que afirmem a diversidade cultural, política, econômica, de gênero, geração e etnia presente no campo.

Esses pressupostos legais abrem espaço para a conexão que deve existir entre desenvolvimento local e educação. No caso em tela, foram necessárias adaptações que abrissem caminho para dar início a um processo de formação escolástica de uma comunidade específica. É esse contexto que torna possível conectar a própria educação com o processo de desenvolvimento local, que, em relação aos habitantes do entorno da Comunidade Santa Luzia, pode ser entendido como desenvolvimento no local. Sobre essa relação Ávila assim esclarece:

O primeiro é o de colocar em evidência a oportunidade e mesmo necessidade de a relação temática educação escolar x desenvolvimento local se alimentar e implementar pelo ensino-aprendizagem dos domínios científicos curriculares a partir de fatos e fenômenos dos meios de vivência das próprias comunidades-localidades, em que as escolas se inserem, mediante firme e intensa política de apoio à multiplicação de inovadoras experiências nesse sentido. E o segundo é o de sugerir maneiras ou rumos operacionais para que essa mesma relação temática se dinamize em perspectiva simultaneamente tridimensional, portanto implicando num único processo: a melhoria da qualidade/

quantidade do ensino, em termos de volume e significância vivencial; a transformação das ações docentes e discentes em trabalho prazeroso pelo conhecimento e aproveitamento das realidades e potencialidades locais como pontos-de-partida (e não “pontos-de-chegada”) ou “campos-de-decolagem” para abstrações cada vez mais ampliadas e universalizadas de conhecimentos gerais, científicos e tecnológicos; e o concomitante reflexo construtivo dessa dinâmica escolar na melhoria da qualidade de vida dos próprios alunos, assim como de suas famílias e comunidades (ÁVILA, 2003, p. 7).

Com base no exposto, a comunidade-localidade passa a ter a percepção de que, para melhorar o ensino, é preciso mobilizar diferentes perspectivas teóricas e compará-las com práticas e modelos já existentes, em vista da construção de novos paradigmas que possibilitem o surgimento, dentro do sistema de ensino no qual está inserida, de uma nova escola capaz de trabalhar, de forma diversificada com sua clientela, pela transformação social, transcendendo o seu território para levar os seus saberes para toda a comunidade.

Dessa forma, ao se falar da educação no campo, os atores locais investem na necessidade de estabelecer um diálogo com todas as instâncias envolvidas no processo. A escola do campo nasce, assim, como uma das dimensões de luta e conquista de um modo de produção de vida, pois se articula com conceitos de práticas em construção das lutas dos movimentos dos trabalhadores rurais. Nesse contexto, as escolas do campo se destacam pela apropriação de determinados territórios, apropriação na qual “a configuração territorial ou a configuração geográfica tem como alicerce sua materialidade, ainda que tenha uma existência social dada pelas relações sociais. Pode-se dizer, pois, que a obra humana vai ao longo da história sendo incorporada pela configuração territorial ou geográfica” (SANTOS, 1996, p. 51).

Tal situação ocorreu com a Comunidade Santa Luzia a partir das relações sociais dos grupos que estabeleceram o interesse pela constituição da comunidade religiosa e, posteriormente, pela implantação de uma escola no campo.

## 2 A DIMENSÃO RELIGIOSA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO NO LOCAL

A Comunidade Santa Luzia dista 115 km do distrito-sede do município de Campo Grande, MS e está situada na porção leste do Distrito de Anhanduí, MS. Trata-se de uma comunidade inicialmente formada por católicos. Até 1986, os fiéis dessa comunidade tinham que se deslocar para a zona urbana por estradas que se tornavam impraticáveis nos períodos chuvosos. Nesse ano, após uma das celebrações em uma das fazendas, foi aventada a possibilidade de se construir uma igreja que atendesse às necessidades dessa região rural. A reunião foi promovida pelo Padre Ubajara Paz de Figueiredo, responsável pela prestação dos serviços religiosos à comunidade. O assunto não se resolveu na primeira reunião. Entre os presentes, estavam os proprietários da Fazenda Girassol, Eduardo Flávio Lima e Maria Feliciano de Oliveira Lima. Maria Feliciano relata que foi

O Padre Ubajara foi quem levantou essa questão de se alguém quisesse doar uma área pequena só pra fazer uma capelinha. Aí a gente estava lá na missa. Fiquei pensando: “não sei se esse pessoal aqui tem interesse. Vou esperar”. Eu já tinha me interessado sobre isso há muito tempo: em tirar uma parte para doar para a Arquidiocese, mas nem sabia se para a igreja ou fazer a igreja. Meu pensamento era esse. E aí foi pedido. Eu fiquei pensando assim: então, por que não uma igreja aqui? “e aí na hora da missa o padre voltou a perguntar. Aí a gente falou assim: “Vamos tomar as providências. Vocês olham o local certinho e aí a gente começou a desmembrar lá”. Aí a gente passou a mobilizar para celebrar no local. O Eduardo ajeitou, mandou limpar e tal.. Aí o pessoal começou a formar mesmo assim o local com os próprios braços. Aí, no caso, cada um ajudando um pouco, cada um doando seu trabalho, né? Um mutirão (Depoimento de abril de 2013).

O primeiro espaço para a celebração das missas no local foi um barraco coberto com quatro telhas de fibrocimento. Com o passar do tempo, foram organizadas festas para a arrecadação de fundos que resultaram na construção da igreja que se situa atualmente no mesmo terreno da Escola Oito de Dezembro.

Após a preparação do terreno, a comunidade se mobilizou para escolher o nome do padroeiro. Maria Feliciano relata que, pessoalmente,



era devota de Nossa Senhora Aparecida, mas estava inclinada a optar por outro padroeiro, já existem muitas igrejas dedicadas a ela.

Porque na verdade sou muito devota de Nossa Senhora Aparecida, falei Nossa Senhora Aparecida tem muitas comunidades... Tenho que pensar. Aí falei: bom... já tem muito, vamos fazer assim que aí vem quem... qual que ta precisando mais de comunidade. E aí fizemos os papeizinhos e fizemos o sorteio. Aí saiu Santa Luzia e aí ficou então Santa Luzia, ficou registrado tudo. Desse dia formaram a comissão lá mesmo, e começamos a trabalhar..." (Depoimento de abril de 2013).



**Figura 1:** Visita do Bispo Vitório Pavanello.

Fonte: Fotos do arquivo pessoal da senhora Maria Feliciano.

A escolha do nome da Padroeira ofereceu à comunidade possibilidades outras de participação, através de cantos e outras expressões artísticas. A data de comemoração do dia da padroeira é o dia 13 de dezembro. Nas festas, cantava-se o canto em honra de Santa Luzia composto por Yolando Mondini e Dorival Teixeira e interpretado por Abel e Caim.

Há muitos anos passados  
No mundo existia  
Uma jovem encantadora  
O seu nome era Luzia  
Um moço apaixonado  
Casar com ela queria  
Com carinho foi dizendo  
Que lindos olhos tens  
Eu quero seu amor  
E seus lindos olhos também  
Mas Luzia respondeu  
Esses olhos são teus  
Mas casar não me convém  
[...] Vendo ela arrancar os olhos  
Pensou que estava fingindo  
E virou-se para ele  
foi entregando sorrindo  
E o rapaz foi pegando  
Com as lágrimas caindo  
Quando olhou para Luzia  
Em seu olhos ele via  
Outros dois olhos mais lindos [...]

O que surgiu de uma proposta após uma missa se transformou, posteriormente, numa igreja e num centro comunitário. Foram precisos, no entanto, oito anos de realizações de eventos e festas para angariar fundos para a construção da igreja e das suas dependências, tais como podem ser vistas atualmente. Inicialmente, os festeiros eram acolhidos nas fazendas mais próximas. O primeiro Conselho Comunitário foi liderado pelos proprietários da Fazenda Girassol. Esse conselho era quem organizava as festas e os eventos que possibilitaram a construção da igreja em alvenaria.



**Figura 2:** Eucaristia realizada pelo Padre Leandro.

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Feliciano – 1992.



**Figura 3:** Eucaristia realizada pelo Padre Anísio na capela pronta semi-pronta.

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Feliciano – 1994.



**Figura 4:** Salão de festas da capela.

Fonte: Kleide Ferreira – 2013.



**Figura 5:** Capela em reforma.

Fonte: Kleide Ferreira – 2013.

Essa pequena excursão história possibilita perceber a dimensão horizontal dos processos de desenvolvimento da Comunidade Santa Luzia. Uma de suas características é que, na sua essência, a comunidade possui uma sociabilidade que é inegociável, ou seja, nela o ser humano vive sempre construindo laços e construindo-se entre laços. Além dessa característica imutável de capacidade de gerenciar os múltiplos processos de escolhas, como, por exemplo, do nome da comunidade, a Comunidade Santa Luzia passou também a expressar outra característica, de natureza estética, que unia os seus membros nas festas e nas diversas ocasiões de encontros.

Enquanto comunidade, a Comunidade Santa Luzia foi construída de baixo para cima, isto é, a partir de suas necessidades, os seus membros foram se organizando de forma democrática, aberta e cooperativa. Trata-se de um modelo de organização social que, segundo Santos (1996), é baseado na racionalidade. Nela estão presentes aspectos importantes que, em princípio, podem gerar conflitos de ideias e até de interesses, mas, no fim, são superados pela liberdade e pelo poder de expressão dos seus membros, do que surgem novas reivindicações que são oposições às restrições do espaço, como ocorreu na Comunidade Santa Luzia.

### **3 COMUNIDADE SANTA LUZIA: A CONQUISTA DA ESCOLA**

Uma das grandes restrições do espaço para os moradores da porção leste do Distrito de Anhanduí era o problema da educação escolar.

A existência de uma escola municipal para o ensino fundamental e também de duas salas para o ensino médio nas proximidades da Igreja Santa Luzia é fruto dos desdobramentos sucessivos de um processo de formação que uniu as conquistas no campo religioso com outras conquistas no campo social e político. A Escola Oito de Dezembro desempenha atualmente a função desenvolver a comunidade como escola do campo. Dentre os objetivos do seu Projeto Político-Pedagógico, está a melhoria da comunidade interna e externa mediante o incentivo da participação da comunidade na administração escolar.

Historicamente, o processo para a instalação da Escola Oito de Dezembro teve início um ano depois da criação da Comunidade Santa Luzia. Em 1987, a comunidade solicitou da Secretaria Municipal de Campo Grande a construção de uma escola para atender às crianças em idade escolar da região. Naquela época, a escola mais próxima estava a 25 km da comunidade.

A viabilidade da implantação da escola foi constatada pela professora Joana Serpa Pinto Martins Calado, naquela época Diretora das Escolas Rurais da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, MS. Atendendo à solicitação da comunidade, ela visitou o local e constatou a necessidade da criação da escola. Assim, em 1987, foi criada a primeira sala de aula, naquela ocasião como extensão da Escola Municipal Maria de Lourdes Vidal Roma. Essa sala de aula foi criada na Fazenda Monte Alvão.

A criação dessa sala de aula, no entanto, não resolveu o problema dos estudantes da região, uma vez que o maior problema dos habitantes do local era o do transporte. Devido a isso, a escola foi transferida, em 1988, para a Fazenda Cabeceira Limpa. Como as dificuldades com o transporte dos estudantes continuassem, nesse mesmo ano a escola foi transferida para as dependências da Igreja Santa Luzia, que passou a concentrar a maioria dos estudantes. A sala de aula foi improvisada dentro da cozinha do pequeno salão de festas da comunidade.

A facilidade de reunir os estudantes nesse local levou a Prefeitura de Campo Grande a construir a primeira sala de aula ao lado do salão de festas da Comunidade Santa Luzia. Também a construção desse espaço foi feita em parceria com a comunidade. Em 1992, teve início o trabalho em uma sala multisseriada da 1ª à 4ª série, atualmente do 1º ao 4º ano.

Em 1996, quase dez anos após a implantação da escola, surgiu uma terceira demanda. A comunidade, sentindo a necessidade de dar continuidade na educação escolar dos filhos, solicitou à diretora Damaris Rosa Fernandes dos Santos a implantação da 5ª série. Com isso se evitaria a migração tanto dos filhos, quanto dos fazendeiros e assentados, para a zona urbana do Distrito de Anhanduí, ou para o município de Nova Alvorada do Sul, ou até mesmo para o distrito-sede de Campo Grande, MS. Um êxodo com tais proporções poderia gerar transtornos sociais e econômicos para as famílias residentes na zona de influência da comunidade.

Dentre as dificuldades apontadas para a implantação da 5ª série, estavam a falta de local para a acomodação dos professores e a falta de pessoal habilitado disposto a residir na zona rural. A então Diretora do Departamento Municipal de Ensino, Eny da Glória Marques de Souza, encontrou uma solução temporária para o problema, elaborando um projeto que tornou possível a implantação da 5ª série. O projeto contemplava a contratação de dois professores habilitados para trabalhar na escola em regime de revezamento, com carga horária de cinquenta horas cada um. Esse trabalho foi inicialmente realizado pela professora Adenir de Souza, contratada para ministrar Matemática, Ciências, Inglês e Educação Artística, e pelo professor Isac Moreira, contratado para ministrar de Língua Portuguesa, História, Geografia e Educação Física. Enquanto um professor estava na unidade de ensino, o outro permanecia na Secretaria Municipal de Educação trabalhando os conteúdos desses componentes. A diretoria das escolas rurais organizava o cronograma, disponibilizando um veículo para esse atendimento. A partir dessa experiência, outras séries foram sendo implantadas gradativamente, funcionando também em regime multisseriado, no período vespertino, sendo que o projeto se desenvolveu dessa forma por um período de dois anos.

Após essas conquistas, primeiro em relação à necessidade religiosa dos moradores do entorno da Fazenda Girassol, que levou à criação da Comunidade Santa Luzia, seguida da implantação da escola primeiro das séries iniciais de ensino, e, por fim, das séries finais do ensino fundamental, a comunidade passou por uma nova fase de organização, na qual discutia sobre as demandas escolares dos seus membros. Assim, em 1997, foi constituída a primeira Associação de Pais e Mestres (APM) nas Escolas Rurais, e a Escola Oito de Dezembro teve como primeiro

presidente o senhor Dinarte Rezende. Foi nesse ano que a escola passou a oferecer o transporte aos estudantes, com veículos cedidos pela Prefeitura de Campo Grande.

Em 31 de agosto de 1998, foi celebrado um convênio entre o município de Campo Grande, MS, com interveniência da SEMED, e a Arquidiocese de Campo Grande, para a cessão de imóveis de propriedade da Comunidade Santa Luzia, sufragânea da Paróquia Santa Catarina, do Distrito de Anhanduí, e em cujas dependências já funcionava a Escola Oito de Dezembro. Para tanto, o uso dos imóveis seria exclusivamente para o funcionamento da escola durante os períodos matutino e vespertino. Excluindo-se esses horários, o uso dos imóveis não residenciais ficaria integralmente à disposição das atividades paroquiais. O convênio teria a validade de três anos.

Nesse ínterim, o número dos alunos continuava a crescer. Os pais, a direção da escola e os professores viram a necessidade de se construir mais uma sala de aula, já prevendo que no ano seguinte funcionaria a 7ª série. A comunidade solicitou à Secretária Municipal de Educação da época, professora Maria Nilene Badeca da Costa, a autorização para a construção. O projeto foi realizado em parceria com a comunidade que, por meio de promoções e doações, arrecadou o dinheiro necessário para a mão de obra, e a prefeitura contribuiu com o material necessário para a construção. Nesse mesmo ano de 1998, foram inaugurados pelo então prefeito, André Puccinelli, a sala de aula e um posto de telefonia rural para servir à comunidade.



**Figura 6:** Inauguração da sala de aula.

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Feliciano.



**Figura 7:** Inauguração da sala de aula.

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Feliciano.

No ano de 2000, a Escola Oito de Dezembro já estava praticamente consolidada. Não era mais apenas uma sala de aula, nem funcionava como extensão de outra unidade, mas contava com duas salas de aula, cozinha e alojamento para os professores. A estrutura existente levou, então, à criação da Escola Municipal Oito de Dezembro – Polo, pelo Decreto n. 8.007, de 10 de maio de 2000, com validade a partir de 17 de fevereiro de 1997.

Quanto ao nome dado à escola, há também todo um elemento histórico envolvendo a comunidade. A comunidade local tinha o desejo que a escola recebesse o nome de Santa Luzia, já que, após a experiência nômade que antecedeu à sua fixação no território da comunidade, se tinha instalado justamente ao lado da igreja homônima. No entanto, essa reivindicação não pôde ser atendida por razões legais, pois, segundo o Art. 19, Inciso I, da Constituição Federal de 1988, é “vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”. Dessa forma, não foi possível atender à reivindicação da Comunidade Santa Luzia. No entanto, para homenageá-la, batizaram a escola com o nome “Oito de Dezembro”. Nisso incorreram num erro, pois a comemoração de Santa Luzia é no dia 13 de dezembro.

De qualquer forma, independentemente da questão do nome, as demandas em relação à comunidade educativa foram sempre



umentando, não somente pela necessidade do ensino médio, mas também por causa da chegada de novos habitantes na região. Por exemplo, nos anos de 2001 a 2004, chegaram novos habitantes nas proximidades da Comunidade Santa Luzia e da Escola Oito de Dezembro, fruto da instalação do Assentamento Três Corações. Com isso a escola teve que ser ampliada com a construção de novas salas de aula, sanitários, biblioteca e mais acomodações para os professores.

Quanto à oferta do ensino médio, esta foi atendida a partir de 2007. Nesse ano, foi celebrada uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande e a Secretaria Estadual de Educação, para dar início ao Ensino Médio, reivindicação antiga da comunidade local. Como pode ser observado no depoimento de Maria Feliciano:

Já tinham ido... foram embora... só aqueles que não tinham como ir, né? Empregado não foi. Foi quem tinha mais poder aquisitivo que muitas famílias, no caso até a minha, que não acreditava no ensino médio e um pouco foi a população também. Diziam: “Ah, isso não vem!”. “Fica lutando pelo que não vem”. “Gente mais não é assim, porque não vem já vou com meu filho pra lá”. “Já se mandou. Foi embora”. Que dizer? Até ter a força pra poder conseguir. Não foi fácil. Tinha que fazer um espaço. Começou a usar os espaços da comunidade. O ensino médio começou. Foi aí que fizeram as duas salas. A ajuda foi do povo também. As duas salas do estado, tudo com a ajuda do povo. O povo dizia: “eu quero! Quero!”, e lutou até conseguir (Depoimento de Abril de 2013).

Antes disso, muitos moradores que não acreditaram na possibilidade de conseguir que funcionasse o ensino médio na região acabaram se mudando do local. Essa conquista foi conseguida graças à parceria entre as secretarias municipal e estadual de educação e significou mais uma grande conquista para que os alunos pudessem dar continuidade nos estudos e se evitar o êxodo rural. Atualmente o ensino médio é ofertado como extensão da Escola Estadual Polo Francisco Cândido de Resende e funciona em duas salas de aulas disponibilizadas pela Escola Municipal Oito de Dezembro e um espaço no salão de festas da Comunidade Santa Luzia.

Dentre todos os alunos da Escola Oito de Dezembro, dois deles merecem destaque especial: Eduardo Flávio Lima e Maria Feliciano, proprietários da Fazenda Girassol.

#### 4 MOTIVAÇÕES, AÇÕES, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Segundo Carolino Filho (2004), “Tudo aquilo que satisfaz necessidades chama-se incentivo. É interessante perceber que *incentivum* vem de incinere – ressoar, ecoar –, cuja raiz é *canere* – cantar. Deste modo pode-se afirmar que incentivo é tudo aquilo que encanta, exatamente pelo fato de satisfazer necessidades, de preencher vazios”. Kummer (2007) completa afirmando que, “Quanto mais forte o motivo, mais cheios estamos de energia e, quanto mais cheios de energia, mais forte e determinada será a nossa ação!”.

A busca pelo desenvolvimento de uma comunidade começa por aquilo que incentiva as suas lutas. A partir daí tem início o que se pode chamar de mudança estrutural, que implica mudanças sociais. Segundo Polanyi *apud* Araujo e Téophilo (2012), “as mudanças sociais, ou seja, as transformações sociais ocorrem pelo esforço dos indivíduos, em níveis históricos e intencionais (ação) que, por sua vez, gera o desenvolvimento. As ações dos membros da sociedade são provocadas por motivações, sejam elas econômicas, utilitárias, subsistência ou lucro, determinados pelo sistema econômico”.

No caso da Comunidade Santa Luzia, as motivações que a levaram a protagonizar movimentos de conquistas no campo religioso e no campo educacional foram não somente intencionais, mas também fruto da conjunção dos esforços dos indivíduos diante de uma conjuntura histórica especial. As características dos processos levados adiante pela comunidade podem ser entendidas pelo que Abramoway (2003, p. 84), citando Robert Putnam (1993/1996), define como “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. A esse conjunto de características podemos chamar de capital social.

Nesse movimento de forças individuais e comunitárias, os atores envolvidos na Comunidade Santa Luzia perceberam que não poderiam agir de forma isolada, nem defendendo interesses individuais ou de família, ou mesmo egoístas. Os problemas da comunidade se sobrepuseram aos dos indivíduos ou das famílias isoladamente. Foi por esse motivo que a busca da solução dos problemas foi apropriada pela comunidade. Para Burdieu *apud* Abramoway (2003), o capital social pode ser definido,

então, como um conjunto de recursos e poderes que a sociedade usa para unir diferentes grupos diante de uma distribuição social desigual.

Dessa forma o movimento interno e externo da Comunidade Santa Luzia pode ser definido pelas motivações que a levaram a buscar a solução dos problemas que poderiam levar à sua possível dissolução mediante o êxodo rural. Os esforços transcendentais de seus membros fizeram-na tornar-se protagonista de uma ação social de característica democrática e participativa, gerando um capital social em que as necessidades individuais, familiares e comunitárias foram satisfeitas. Em certo sentido o *know-how* advindo dessa experiência empoderou a comunidade a partir de baixo para dar outros passos no futuro.

## 5 COMUNIDADE SANTA LUZIA: DESDOBRAMENTOS RECENTES

Analisadas a partir da perspectiva do desenvolvimento local, atualmente são muito visíveis as transformações geradas tanto na Comunidade Santa Luzia, quanto no seu entorno, pela ação humana, algumas de forma planejada, e outras de forma deliberada. A região era formada inicialmente por fazendeiros e por prestadores de serviços em fazendas. Atualmente o seu território está passando por uma transformação na estrutura econômica com a chegada das usinas sucroalcooleiras que estão instaladas principalmente no município vizinho de Nova Alvorada do Sul. Em consequência do arrendamento das terras para o plantio de cana de açúcar, muitos fazendeiros estão deixando de trabalhar com a agropecuária. A indústria sucroalcooleira está também absorvendo parte da mão de obra dos assentados, desviando os trabalhadores do cultivo e da criação de bovinos nas suas propriedades.

Essas transformações, contudo, ainda não afetaram o espírito inicial gregário da comunidade católica que, desde a década de 1980, ergueu a Igreja Santa Luzia e possibilitou o debate com as autoridades para a instalação da Escola Oito de Dezembro. A igreja atualmente se encontra em reforma. Sua reinauguração está marcada para 13 de dezembro de 2013. Assim como aconteceu ao longo de toda a história dessa comunidade, toda a reforma está sendo tocada com recursos próprios da comunidade.

Quanto à escola, esta conta com uma infraestrutura adequada, pois as autoridades proveram as demandas por iluminação, ventilação

e a equiparam com acesso à internet e outros equipamentos de reprografia e impressoras, laboratórios de informática e de ciências, e com alojamento para os professores. Uma das últimas conquistas da comunidade educativa foi a adaptação de um banheiro para os alunos com necessidades especiais. Tais benefícios, no entanto, estão restritos à sede da escola, para cujas extensões ainda não foram levados.

O *know how* da comunidade religiosa atualmente está sendo apropriado pelos responsáveis pela escola. Eles se utilizaram da mesma técnica de festas para angariar recursos para melhorar a qualidade de vida da comunidade acadêmica. Por exemplo, os recursos para os banheiros e outras melhorias da escola foram adquiridos mediante a realização de uma festa julina, que uniu a comunidade educativa em torno do projeto comum.

Todo esse processo de construção da comunidade religiosa e também da comunidade educativa teve desdobramentos principalmente em relação ao corpo docente da escola. Os educadores que exerceram sua função na escola tiveram que se adaptar às circunstâncias da vida na zona rural. Além disso, não deixaram de lado a própria formação. Alguns deles, preocupados com a qualidade da sua formação para atuar na Educação do Campo, procuraram especializar-se para transformar aquilo que é teoria em prática educativa. Para tanto, estão fazendo cursos de especialização de educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao se promover discussões numa comunidade sobre os problemas e conflitos que enfrentam, os seus membros podem gerar respostas interessantes para a sua solução. É neste movimento que se encontram a Comunidade Santa Luzia e a Escola Municipal Oito de Dezembro. Mesmo antes da territorialização da comunidade religiosa e durante todo o processo que levou à implantação e ao desenvolvimento posterior da escola, é possível perceber o grau de abertura de ambas as populações atendidas às ações inovadoras. Em última instância, os membros de ambas as comunidades, ou seja, a religiosa e a educativa, é que são os verdadeiros agentes do desenvolvimento local. Nos 26 anos de existência da comunidade religiosa e nos 25 anos de existência da comunidade

educativa, as ações desses agentes têm sido cooperativas e democráticas, e os resultados delas têm beneficiado a toda a região.

Isso torna a experiência da Comunidade Santa Luzia e da Escola Municipal Oito de Dezembro uma experiência de horizontalidade, diferentemente de tantas outras experiências que se mostram extremamente dependentes da ação pública ou de agentes a serviço da administração pública. Todas as iniciativas partiram das necessidades da comunidade, sendo que a primeira surgiu como resposta às necessidades religiosas da comunidade católica. A experiência das reuniões que levou à construção da igreja serviu de embrião para os passos seguintes, inclusive para as relações com as autoridades ligadas à educação, num primeiro momento com a Secretaria Municipal de Educação, e, num segundo momento, com a Secretaria Estadual de Educação.

Nesse contexto, é importante lembrar o papel das lideranças no âmbito da comunidade. Em relação à comunidade religiosa, a grande conquista foi a construção da igreja, fruto da ação dos primeiros líderes, que, no início, foram os próprios proprietários da Fazenda Girassol. Em relação à comunidade educativa, após as ações da comunidade, com os seus contatos políticos com as autoridades municipais de educação, o grande agente de transformação foi a Associação de Pais e Mestres da unidade escolar. Coube ao seu primeiro presidente promover o diálogo entre a comunidade e a escola nos mesmos moldes de cooperação existentes na comunidade religiosa, que é o *know-how* dos moradores da região para a solução dos seus problemas. Além das conquistas da igreja e da escola, atualmente a comunidade pode contar com outras conquistas, como o telefone, uma escola equipada com todos os recursos tecnológicos de uma escola da zona urbana, como os laboratórios de ciência e de informática e acesso à internet.

A direção da escola também passou a entrar na dinâmica da vida da comunidade. Os proprietários da Fazenda Girassol destacam as ações do diretor atual, que conseguiu estabelecer relações diretas com a comunidade e expandiu o seu raio de ação para os moradores do Assentamento Três Corações. Entre as ações desenvolvidas por ele, estão a festa julina, que arrecadou recursos para a construção de sanitários adaptados aos estudantes com necessidades especiais.

Ainda em relação à escola, entre os benefícios advindos da sua implantação, destaca-se a manutenção tanto dos proprietários de fazendas,

quanto dos assentados na zona rural, evitando-se, assim, o êxodo rural e a dissociação das famílias em relação ao mundo de trabalho. Outro benefício é a troca de experiências entre os professores, de formação urbana, e o universo rural. Sobressai, entre eles, a situação difícil, principalmente dos alunos provenientes dos assentamentos, que já encontraram uma escola estabelecida, mas cuja situação se apresenta de maneira diferente da dos filhos dos fazendeiros ou dos seus funcionários.

Ainda há outros problemas a serem resolvidos como, por exemplo, a questão da legalização do terreno no qual se encontra a escola. Embora tenha havido um acordo entre a Arquidiocese e a Prefeitura de Campo Grande, parte das construções ultrapassaram os limites do terreno original doado para a construção da igreja. Mesmo no acordo entre a Arquidiocese e a prefeitura, os entes públicos envolvidos nunca consultaram os proprietários da Fazenda Girassol sobre o uso do espaço para a construção da escola. A situação, ao longo dos anos, foi ficando cada vez mais complexa, pois atualmente o próprio estado também entrou na disputa pelo espaço ao construir salas de aula para a oferta do ensino médio. Embora se perceba um desapego dos proprietários da Fazenda Girassol em relação à apropriação do local tanto pela prefeitura, quanto pelo estado, e o seu desejo de beneficiar a comunidade local, essa relação talvez deva encontrar uma solução a partir da própria comunidade, como já vem acontecendo ao longo de sua história. Caberá aos administradores da comunidade religiosa, e também da escola, encontrar um meio de, mais uma vez, dialogar, no caso com as autoridades municipais e estaduais, para indenizar os proprietários da fazenda pela apropriação de um local já territorializado para uso público.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ARAUJO, Claudiana Aparecida Leal; TÉOPHILO, Carlos Renato. *Desenvolvimento local: uma leitura das associações nas comunidades rurais*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 03 a 06 set. 2012. Niterói RJ: ANINTER-SH / PPGSD-UFF, 2012.

ÁVILA, Vicente Fideles. *Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educa-*

ção, 2003. Disponível em: <[www.desenvolvimentolocal.ucdb.br](http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br)>. Acesso em: 07 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. *Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstração no currículo*. Brasília: Plano, 2003.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais – temas transversais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.

\_\_\_\_\_. *Referências Nacionais para a Educação do Campo*. Brasília, 2004.

CAMPO GRANDE, MS. Extrato do convênio n. 16 – Município de Campo Grande/MS com interveniência da Secretaria Municipal de Educação e a Arquidiocese de Campo Grande. *Diogrande*, Campo Grande, n. 161, 2 set. 1998. p. 02.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 8.007/2000 – Dispõe sobre a criação da Escola “Oito de Dezembro – Pólo”. *Diogrande*, Campo Grande, n. 573, 11 maio 2000. p. 01.

\_\_\_\_\_. Extrato da OES n. 128/2001 e n. 129/2001 – Serviços de execução de obras. *Diogrande*, Campo Grande, n. 892, 24 ago. 2001. p. 03.

\_\_\_\_\_. Aviso de resultado de licitação n. 168/2004 – Tomada de preços, processo n. 33.136/2004-11. *Diogrande*, Campo Grande, n. 1615, 22 jul. 2004. p. 11.

LETRA - Santa Luzia – Abel e Caim. Disponível em: <<http://novenadaqueridinha.blogspot.com.br/2009/09/letra-santa-luzia-abel-e-caim.html>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

KUMMER, Lidia. *Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar*. Conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora Edusp, 1996.

